

## ESP-GABINETE DO GOV CASA MILITAR

## Estudo Técnico Preliminar 95/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 003.00003475/2025-30

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente documento constitui o ato motivador para a abertura de processo licitatório, por meio de Ata de Registro de Preços, visando à aquisição de materiais de estruturação – Kit Verão, com características comuns de mercado. Os itens destinam-se a subsidiar as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil nas ações de resposta a desastres, contribuindo para a organização, segurança e visibilidade nas áreas impactadas, bem como para a atuação coordenada e eficaz das equipes. Essa aquisição integra o portfólio de materiais de estruturação a serem disponibilizados aos municípios do Estado de São Paulo, reforçando sua capacidade de resposta e apoiando a restauração de condições mínimas de dignidade e conforto às populações afetadas.

2.2. Cabe esclarecer que se faz necessária a aquisição do referido material em razão das atribuições legais conferidas ao Secretário-Chefe da Casa Militar, enquanto Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, ao qual compete a liberação de recursos materiais, humanos e financeiros necessários para o atendimento das atividades de defesa civil (inciso XI do artigo 10 do Decreto Estadual nº 64.592, de 15NOV19).

2.3. Compete, ainda, à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, providenciar, de forma suplementar, quando solicitada, a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres, realizando o fornecimento aos municípios (inciso VII do artigo 8 do Decreto Estadual nº 64.592, de 15NOV19).

2.4. A Defesa Civil do Estado tem como um de seus objetivos assistir pessoas afetadas por desastres em território paulista. Nesse contexto, a aquisição do Kit Verão configura-se como medida essencial para garantir organização, segurança e apoio imediato às famílias afetadas.

2.5. O Estado de São Paulo enfrenta, com frequência, desastres naturais relacionados ao período de chuvas intensas, tais como enchentes, inundações, alagamentos e deslizamentos de terra. Esses eventos provocam deslocamento populacional, interdições de vias, destruição de moradias e perda de acesso a recursos essenciais, além de expor comunidades inteiras a áreas de risco. Nessas situações, torna-se fundamental a pronta identificação, isolamento e estruturação dos locais impactados, de forma a mitigar os danos à população e restabelecer condições mínimas de segurança e dignidade.

2.6. Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, utilizando o Sistema ETP Digital disponível no Portal de Compras do Governo Federal e o respectivo Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado.

2.7. A natureza do objeto deste ETP, dadas as suas características, enquadra-se na categoria de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretor da Divisão de Resposta	Major PM Rodrigo Fiorentini

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O material a ser contratado consiste em Kit verão, com características comuns de mercado, destinado às Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, com a finalidade de apoiar as ações de resposta e fornecimento suplementar aos municípios do Estado de São Paulo atingidos por desastres, os quais estão descritos no Termo de Referência.

4.2. Por se tratar de material de estruturação essencial para a atuação organizada e segura nas áreas impactadas, a contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, modalidade que permite o acionamento conforme a demanda e a urgência das situações enfrentadas pelos municípios afetados por desastres naturais.

4.3. Apesar de ser possível estabelecer uma previsão de fornecimento de materiais por conta dos registros históricos, trabalhamos com uma parcela de imprevisibilidade, pois os desastres estão vinculados à eventos naturais, e seus consequentes danos.

#### **4.4. Especificações Técnicas:**

##### **4.4.1. Bota de segurança:**

- 4.4.1.1. com cabedal em PVC impermeável com forro;
- 4.4.1.2. cor preta;
- 4.4.1.3. modelo unissex;
- 4.4.1.4. sem fechamento;
- 4.4.1.5. cano medindo 28 cm (tolerância de +/- 1 cm);
- 4.4.1.6. solado em PVC reforçado com borracha nitrílica, antiderrapante e injetado direto ao cabedal;
- 4.4.1.7. palmilha de montagem em PVC, sem palmilha higiênica;
- 4.4.1.8. com reforço da biqueira no mesmo material (PVC);
- 4.4.1.9. alma da bota em PVC;
- 4.4.1.10. atendendo exigência de segurança conforme ABNT NBR 20344, ABNT NBR 20345 ou ABNT NBR 20347 e com certificação de aprovação do Ministério do Trabalho (CA);
- 4.4.1.11. o par acondicionado em embalagem plástica, hermeticamente fechada.
- 4.4.1.12. Numeração: A bota deverá atender os tamanhos de 38 a 44 no Sistema Brasileiro (BRA).

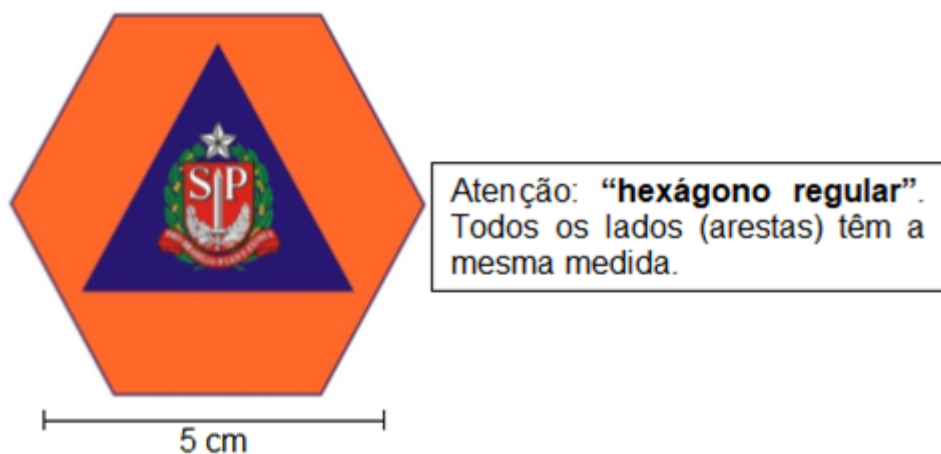
##### **4.4.2. Capa de chuva emborrachada impermeável:**

- 4.4.2.1. Capa impermeável confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura de 0,20mm, composição 33% poliamida (externa), e 67% policloreto de vinila (interna), com variação máxima de  $\pm 3\%$  para cada componente, sendo como gramatura 199gr/m<sup>2</sup>;
- 4.4.2.2. O fechamento da capa deverá ser por meio de overlock de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta simples, com linha de nylon 100% poliamida nº 60;
- 4.4.2.3. Com capuz fixo, sendo que deverá ter dois ilhoses em ferro niquelado com abertura de sete mm para melhor passagem do cordão;
- 4.4.2.4. Os punhos serão regulados com elástico, para melhor ajuste da manga ao punho do usuário;
- 4.4.2.5. A capa deverá possuir sistema de ventilação por meio de furos circulares, recobertos por pala do mesmo tecido;
- 4.4.2.6. Será confeccionada na cor laranja;
- 4.4.2.7. O fechamento frontal será por meio de dois zíperes de nylon;
- 4.4.2.8. Comprimento: abaixo do joelho;
- 4.4.2.9. Tamanhos: P, M, G e GG;
- 4.4.2.10. As faixas refletivas deverão ter 50 mm de largura e serem costuradas e impermeabilizadas, conforme segue:
  - a) No tórax em toda a sua extensão (dorsal/frontal) e nas mangas altura do tórax. O material refletivo (microprismático) deverá ser preferencialmente marca 3M ou similar na qualidade, retendo a sua cor típica durante o dia e sua retrorrefletividade durante a noite, durante a vida útil da roupa em que estiver aplicada, deverá ser leve e flexível e possuir elevado brilho retrorrefletivo noturno e com aparência diurna na cor prata metálica;
  - b) O material refletivo deverá ser constituído de microesferas de vidro de grande angularidade, expostas e agregadas em resina aplicada a tecido composto de 65% poliéster e 35% algodão, as faixas devem atender a NBR 15292:2013 (Vestuário de Segurança de Alta Visibilidade);

c) Todas as costuras deverão ser impermeabilizadas internamente através de processo de selagem por termofusão, através da união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade, também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do EPI;

#### 4.4.2.11. Logomarca em serigrafia frente e costa:

a) Frente: do lado esquerdo, estampa em serigrafia do Brasão da Defesa Civil do Estado de São Paulo, no formato de hexágono regular com arestas medindo 5,0 cm;



b) Costa: nas costas, em serigrafia, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL com 28cm de comprimento por 5cm de altura (medindo a cedilha até o acento til), na cor prata (material refletivo).

#### 4.4.2.12. Imagem ilustrativa



4.4.2.13. A capa deve possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério Certificação: do Trabalho e Emprego (MTE) para proteção do crânio, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; o Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal;

4.4.2.14. Laudos: A capa deve possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para proteção do crânio, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; o Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal.

a) Laudo de identificação do tecido, segundo método de ensaio AATCC 20 e AATCC 20 A, comprovando se tratar de um tecido composto de 67% PVC e 33% Poliamida, com variação máxima de  $\pm 3\%$ ;

b) Laudo de resistência à água e agentes de limpeza: comprovando resistência a água e agentes de limpeza como Detergente neutro, sabão em pó 6g/L e água sanitária 2,0% cloro ativo p/p;

c) Laudo de gramatura, segundo método de ensaio ABNT NBR 10591/08, atestando tratar-se de um tecido com gramatura de 199gr/m<sup>2</sup>;

d) Laudo de resistência das costuras, segundo método de ensaio SATRA TM 180/95, comprovando a resistência de no mínimo 10N/mm;

e) Laudo de espessura do tecido, segundo método de ensaio SATRA TM 27/04, atestando tratar-se de um tecido com espessura de 0,20 mm;

f) Laudo do tecido: atestando a resistência à penetração de água, conforme norma BS 3424, método 29A (baixa pressão). Laudo das costuras (juntas de união entre as peças): atestando a resistência à penetração de água;

g) Laudo de contagem do número de fios/cm, atestando tratar-se de um tecido com 32 fios (trama) e 44 fios (urdume);

h) Laudo das faixas refletivas, atestando que elas atendem as exigências da NBR15292:2013(item 6.1-tabela 04);

i) Certificado de Aprovação emitido pelo MTE para proteção do crânio, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água, onde o EPI deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal;

j) Ensaio de determinação da atividade antibacteriana, JIS Z2801/2010, Micro-organismos: Bactéria: Staphylococcus aureus (AATCC 6538) – teste após higienização com 70% etanol e secagem de 5 horas. O resultado deve ser de redução mínima de 98,5% das células bacterianas; Ensaio de determinação da atividade antibacteriana, JIS Z2801/2010, Microorganismos: Bactéria: Klebsiella pneumoniae (AATCC 35657) – teste após higienização com 70% etanol e secagem de 5 horas. O resultado deve ser de redução mínima de 99,99% das células bacterianas.

4.4.2.15. Cada capa de chuva deverá ser acompanhada de “porta capa” confeccionado com o mesmo material da capa;

4.4.2.16. A capa acompanhada da porta capa será embalada e lacrada individualmente. Para envio será acondicionada em caixa de papelão lisa, contendo 50 unidades, com resistência a empilhamento de no mínimo 4 (quatro) caixas, uma sobre a outra.

#### **4.4.3. Capacete Multiuso:**

4.4.3.1. O capacete de salvamento multiuso deverá ser confeccionado conforme os níveis de desempenho e valores exigidos na ABNT NBR 8221.

4.4.3.2. O casco do capacete deve ser em material ignífugo, resistente proporcionando alto desempenho contra impactos e perfurações, vedada a construção em 100% com fibra de vidro (visando flexibilidade mínima desejável);

4.4.3.3. A parte superior externa deverá possuir um sistema de ventilação integrado, não podendo comprometer a segurança do usuário;

4.4.3.4. O acabamento externo deverá ser em pintura de cor alaranjada (Cod. 1665 da Pantone), resistente aos raios UVA para preservação da vida útil do capacete;

4.4.3.5. Descrição do símbolo:

4.4.3.5.1. O capacete deverá possuir em sua parte externa lateral, em ambos os lados, o logotipo da Defesa Civil Estadual, e na região frontal se a construção do capacete permitir;

4.4.3.5.2. O logotipo deverá ser confeccionado em alta definição, do tipo transfer, ser resistente aos raios ultravioletas e ser recoberto por uma camada de verniz protetor;

4.4.3.5.3. Não será aceito símbolo fixado através de processo de adesivagem, mesmo que protegido por camada de verniz;

4.4.3.5.4. A cremalheira deverá ser em material de alta resistência, para o contorno da cabeça e da nuca, com cinta ajustável por sistema de catraca e com regulagem;

4.4.3.6. A regulagem da cremalheira deverá ser conforme segue:

4.4.3.6.1. Diâmetro mínimo: 520 mm;

4.4.3.6.2. Diâmetro máximo: 660 mm;

4.4.3.7. Deverá possuir sistema de absorção contra impactos, formado por duas partes básicas:

4.4.3.7.1. Tirante jugular confortável com sistema de retenção com, no mínimo, 03 (três) pontos de fixação e fivela automática com ajustes para melhor estabilidade, qualquer que seja a morfologia do usuário

4.4.3.7.2. A fita jugular deverá possuir fechamento por engate rápido, com regulagem de extensão;

4.4.3.7.3. Proteção interna (estofamento interno) de espuma injetada ou fixada na cremalheira, de modo a não se desprender ou desgastar-se facilmente, para absorver impactos, ou ainda um sistema de rede de tecido ignífugo, para a mesma função de absorção de pancadas;

4.4.3.7.4. As tiras do perímetro cefálico que forem ter contato direto com a cabeça do usuário, deverão ser confeccionadas em neoprene ou polímero sintético antialérgico, para facilitar a higienização depois do uso em atividades aquáticas ou que provoquem sudorese;

4.4.3.8. Peso: O peso total do equipamento deverá ser de, no máximo, 500 gramas.

4.4.3.9. Acabamento: O equipamento finalizado não deverá apresentar nenhuma borda afiada, aspereza ou projeção, as quais podem causar desconforto ou ferimentos no usuário durante o manuseio, colocação, uso ou manutenção.

4.4.3.10. Tamanho:

4.4.3.10.1. Tamanho: único;

4.4.3.10.2. O capacete deverá possuir sistema de ajuste do tamanho de uso, de forma a atender a perímetros cefálicos de 520 mm a 660 mm.

4.4.3.11. Norma: O capacete deverá atender a ABNT NBR 8221 vigente no momento da aquisição.

4.4.3.12. Amostra: O licitante vencedor deverá apresentar amostra do equipamento ofertado, demonstrando atendimento integral às especificações técnicas deste termo de referência;

3.4.13. Etiqueta: Cada capacete deverá conter, internamente, uma etiqueta com os seguintes dados: nome da firma fornecedora, CNPJ, tamanho, indicação da certificação da norma e ano/semestre de fabricação;

4.4.3.14. Embalagem:

4.4.3.14.1. Cada capacete deverá ser embalado individualmente e acondicionado em caixa de papelão resistente;

#### **4.4.4. Jardineira com Botas:**

4.4.4.1. Jardineira impermeável com C.A (certificado de aprovação do Ministério do Trabalho), confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura de 0,20mm, gramatura mínima de 190gr/m², composição 30% poliamida (interna) e 70% policloreto de vinila (externa), e com 31 fios/cm na trama e 42 fios/cm no urdume. Comprovação através de laudo realizado em laboratório;

4.4.4.2. Cor Laranja;

4.4.4.3. Fechamento deverá utilizar como técnica o overloque de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta de duas agulhas, com linha de nylon 100% poliamida nº 60;

4.4.4.4. Botas de PVC (sem forro) costuradas de forma reforçada e impermeabilizadas na sua junção;

4.4.4.5. Deverá possuir duas alças para ajuste nos ombros, essas alças deverão ter elástico na parte traseira para um melhor ajuste do usuário, também deve possuir cordão e elástico na cintura, além de possuir um bolso interno;

4.4.4.6. Deve ser confeccionada com o lado emborrachado externamente, para facilitar a higienização e o conforto da vestimenta;

4.4.4.7. Todas as costuras deverão ser impermeabilizadas externamente, por meio de processo de selagem por termofusão, com a união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade; também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do EPI;

4.4.4.8. Serigrafia por meio de processo silk screen;

4.4.4.9. Tamanhos:

4.4.4.9.1. A jardineira deverá possuir opção de fornecimento nos tamanhos P, M, G, GG e GGX e nas botas do 35 ao 46;

4.4.4.9.2. Quando do acionamento da Ata de Registro de Preços, deverão ser definidas as quantidades e tamanhos dentre as opções descritas no item anterior;

4.4.4.10. Fornecimento de Laudo: Os laudos abaixo deverão ser realizados em laboratórios credenciados ao Inmetro e emitidos em nome do fabricante da vestimenta. Eles têm como objetivo comprovar as características construtivas da japona, e devem ser enviados junto com os documentos de habilitação da empresa vencedora:

4.4.4.10.1. Laudo de composição atestando tratar-se de um tecido composto de 70% PVC e 30% Poliamida, segundo o método de ensaio AATCC 20 e AATCC 20A;

4.4.4.10.2. Laudo de contagem dos fios, atestando tratar-se de um tecido composto de 31 fios/cm na trama e 42 fios /cm no urdume;

4.4.4.10.3. Laudo de gramatura do tecido, segundo método NBR 10591/08, atestando uma gramatura de 190gr/m<sup>2</sup> com possível variação de +ou- 5%;

4.4.4.10.4. Laudo de espessura do tecido, segundo método SATRA TM 27/04, atestando uma espessura de 0,20 mm;

4.4.4.10.5. Laudo de resistência das costuras segundo norma SATRA TM180/95, atestando ter uma resistência mínima de 10N/mm;

4.4.4.10.6. Laudo de impermeabilidade conforme diretrizes da norma internacional British Standard 3424-método 29A (método de baixa pressão) do tecido/costuras e resistência à exposição a produtos químicos de limpeza, como detergente neutro doméstico, sabão em pó e água sanitária no tecido;

4.4.4.10.7. Ensaio de determinação da atividade antibacteriana, JIS Z2801/2010, Micro-organismos: Bactéria: Staphylococcus aureus (AATCC 6538) – teste após higienização com 70% etanol e secagem de 5 horas. O resultado deve ser de redução mínima de 98,5% das células bacterianas;

4.4.4.10.8. Certificado de Aprovação (CA) válido para proteção do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água onde o EPI deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal e contra riscos de origem química.

4.4.4.11. Identificação Visual:

4.4.4.11.1. Logomarca “PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – ESTADO DE SÃO PAULO”:



4.4.4.11.2. Deverá estar posicionado no lado esquerdo, de forma centralizada, de 5 a 7 cm abaixo do elástico superior da peça com 8,5 cm de diâmetro (com possibilidade de variação de 0,5 cm);

4.4.4.11.3. Imagem ilustrativa do produto:



4.4.4.12. Embalagem: Os produtos devem ser individualmente acondicionados em sacos plásticos de polietileno transparente, baixa densidade e espessura de 10 (dez) micras, com a identificação de tamanho aparente. As peças serão embaladas coletivamente em caixas de papelão resistentes para empilhamento e amarração de até 02 metros de altura, contendo identificação externa do seu conteúdo, constando a procedência, o tipo de produto, a marca, o(s) tamanho(s) e o quantitativo por tamanho.

#### **4.4.5. Pluviômetro:**

4.4.5.1. Pluviômetro em aço inox de alta durabilidade;

4.4.5.2. Apto para medição do índice pluviométrico em determinado período;

4.4.5.3. Com fixador e proveta plástica graduada de 0 a 500 ml;

4.4.5.4. Depósito inferior com capacidade de 1000 ml ou 100 mm de chuva;

4.4.5.5. Diâmetro do bocal medindo 110 mm;

4.4.5.6. Altura de 330 mm;

4.4.5.7. Área de captação 100 cm<sup>2</sup>;

4.4.5.8. Confeccionado com materiais resistente às ações corrosivas;

4.4.5.9. Braçadeira para fixação c/ duplo reforço;

4.4.5.10. Imagem ilustrativa:



- 4.5. Qualidade do material deverá atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade;
- 4.6. Os materiais adquiridos deverão ser compatíveis com as especificações técnicas contidas no termo de referência.
- 4.7. Os critérios de sustentabilidade devem ser respeitados conforme as normas técnicas de mercado que regulam sua fabricação.
- 4.8. O fornecimento será parcelado por acionamento da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração.
- 4.9. Deverá ser enviada amostra do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a fim de que seja realizada uma análise comparativa entre a amostra apresentada e as especificações exigidas.

## 5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Existem algumas contratações similares por órgãos públicos, haja vista uma infinidade de materiais com as mais diversas características e composições técnicas. Entretanto, foi realizado um levantamento e não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a aquisição na forma descrita nesse estudo. Salienta-se ainda que esta é a forma atual adotada, atendendo perfeitamente as necessidades da administração.
- 5.2. O levantamento de mercado confirma a viabilidade e a necessidade desta ação, destacando a capacidade de resposta rápida e eficiente às demandas emergenciais. Assim, a implementação desta política não apenas reforça a preparação para desastres, mas também promove a dignidade e o bem-estar das populações vulneráveis.
- 5.3. Na pesquisa de mercado, também foi possível observar, que existem diversas empresas que atendem as especificações, não havendo restrição na participação.
- 5.4. O Sistema de Registro de Preços está previsto na seção v, do artigo 82 ao 86 da Lei nº 14.133/2021. A adoção de instrumentos como a Ata de Registro de Preços (ARP) se torna uma opção viável e alinhada às exigências legais, proporcionando mais eficiência e transparência nos procedimentos licitatórios. A nova legislação de licitações visa modernizar e simplificar os procedimentos, garantindo maior celeridade e eficácia na contratação de bens e serviços pelos órgãos públicos. A utilização da ARP é uma medida que se coaduna com esse propósito, pois permite a aquisição de produtos de forma ágil, flexível e transparente, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. A ARP oferece a possibilidade de firmar contratos com fornecedores pré-selecionados por meio de uma única licitação, o que reduz os trâmites burocráticos e acelera o processo de aquisição de bens e serviços. Dessa forma, é possível responder de forma mais rápida e eficiente às demandas da administração pública, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população. A consolidação de contratos por meio da ARP permite obter melhores condições comerciais junto aos fornecedores, uma vez que a previsibilidade de demanda e a compra em maior volume tendem a resultar em preços mais competitivos. Assim, é possível alcançar economias significativas e otimizar a aplicação dos recursos públicos, garantindo maior eficiência na gestão financeira.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Como descrito anteriormente os bens pretendidos tratam-se do aquisição de kit verão, destinados à estruturação suplementar das Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil. comum no mercado, não restando medidas posteriores ao recebimento, como ações de assistência técnica, restar apenas o correto recebimento, atentando as especificações descritas no Termo de Referência..

6.2. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade solicitadas estão descritas na tabela e o parâmetro a ser utilizado é o registro histórico de atendimento aos municípios, porém é necessário prever uma quantidade suplementar, por lidarmos com a imprevisibilidade dos eventos climáticos e seus consequentes danos.

7.2. Pela urgência do atendimento, não seria aceitável o Estado de São Paulo, em uma possível solicitação de apoio à pessoas que perderam suas residências e todos os seus pertences, não pudessem ser atendidas de imediato, com materiais de mitigação dos riscos.

7.3. E por se tratar de uma Ata de Registro de Preços, as requisições serão encaminhadas conforme a demanda do período e acontecimento de desastres no Estado.

Item	Especificação	Local de Entrega	CADMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Jardineira com bota	São Paulo	445985	unidade	1075	R\$ 369,49	R\$ 397.201,75
2	Jardineira com bota ( <b>cota reservada</b> )	São Paulo	445985	unidade	215	R\$ 369,49	R\$ 79.440,35
3	Bota de PVC	São Paulo	618295	par	2420	R\$ 60,33	R\$ 145.998,60
4	Bota de PVC ( <b>cota reservada</b> )	São Paulo	618295	par	805	R\$ 60,33	R\$ 48.565,65
5	Capa de chuva emborrachada	São Paulo	474925	unidade	2860	R\$ 218,67	R\$ 625.396,20
6	Capa de chuva emborrachada ( <b>cota reservada</b> )	São Paulo	474925	unidade	365	R\$ 218,67	R\$ 79.814,55
7	Capacete multiuso	São Paulo	485461	unidade	2950	R\$ 286,69	R\$ 845.735,50
8	Capacete multiuso ( <b>cota reservada</b> )	São Paulo	485461	unidade	275	R\$ 286,69	R\$ 78.839,75
9	Pluviometro manual	São Paulo	626970	unidade	1135	R\$ 502,50	R\$ 570.337,50
10	Pluviometro manual ( <b>cota reservada</b> )	São Paulo	626970	unidade	155	R\$ 502,50	R\$ 77.887,50

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.949.217,35

8.1. O valor total estimado é de R\$ 2.949.217,35 (dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).

8.2. Para definição do valor estimado foi utilizado os seguintes critérios:

8.2.1. Decreto Lei nº 67.888/2023, artigo 3º, incisos III e IV.

8.2.2. Decreto Lei nº 67.888/2023, artigo 4º, caput, foi utilizado o valor médio das cotações realizadas.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando as características do objeto e a viabilidade técnica e econômica, aplica-se o parcelamento da solução.

9.2. A divisão do objeto em lotes autônomos possibilitará a licitação e contratação de forma independente para diferentes localidades, conforme a necessidade da Administração. Essa medida favorece a ampliação da competitividade, a economicidade e a participação de um maior número de fornecedores, especialmente micro e pequenas empresas, em conformidade com o disposto no art. 11 e art. 40, § 2º, incisos I, II e III, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O parcelamento foi adotado de forma que não comprometa a economia de escala nem gere perda de eficiência na execução contratual, mantendo-se a viabilidade técnica e logística da entrega dos materiais de limpeza em todo o território contemplado pela licitação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto nº 67.689 de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de materiais de estruturação – Kit Verão, destinados à estruturação suplementar das Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, tem como principal objetivo apoiar as ações de resposta a desastres no Estado de São Paulo, especialmente no período de chuvas intensas, marcado por ocorrências recorrentes de alagamentos, deslizamentos de encostas e inundações. Trata-se de material de estruturação e apoio emergencial, essencial para garantir a organização, segurança e suporte imediato nas áreas impactadas, contribuindo para a adequada condução das operações de ajuda humanitária em benefício da população em situação de vulnerabilidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências prévias antes da contratação são:

13.1.1. equipe técnica que será responsável pelo recebimento provisório e definitivo do objeto contratual;

13.1.2. fornecer diretrizes ou checklists com os critérios técnicos de verificação no momento do recebimento (ex: conformidade com as especificações do Termo de Referência, prazos, qualidade, integridade dos materiais, etc.);

13.1.3. Orientar sobre os procedimentos em caso de recusa do objeto, solicitação de substituição, registro de não conformidades e elaboração de termo de recebimento provisório ou definitivo;

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não vislumbro haver possibilidade de danos ambientais, por serem materiais comuns de mercado.

14.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

14.3. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Frente ao apresentado no presente Estudo, concluo total viabilidade na contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO FIORENTINI**

Major PM Diretor da Divisão de Resposta



*Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 15:10:27.*